

## Trabalho apresentado no 26º CBCENF

**Título:** PROMOÇÃO À SAÚDE A PVHIV NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE  
**Relatoria:** Humberto Ferreira Pessoa Deodoro  
Bianca Cotrim de Oliveira Souza  
**Autores:** Julia Patriota Pedrosa  
Davi de Oliveira Lima  
Mirela Ferreira Pessoa Deodoro  
**Modalidade:** Comunicação coordenada  
**Área:** Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem  
**Tipo:** Pesquisa  
**Resumo:**

Introdução: Na década de 80, com o surgimento da pandemia do HIV no mundo, a ciência em saúde procurou desenvolver métodos de profilaxia e de prevenção. Tal cenário, no Brasil, não foi diferente. Em 1989, foi criada a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids, denominada atualmente com Pessoas que Vivem com HIV (PVHM). Assim, para dar continuidade aos avanços desse programa, em 2002 foi desenvolvido processos de inserção e de direitos à atenção primária em saúde para as PVHIV. Objetivo: Demonstrar as dificuldades existentes que podem ser uma barreira da promoção à saúde das PVHIV, visando não haver privação do acesso aos medicamentos antirretrovirais (ARV). Materiais e métodos: Trata-se de um estudo de revisão narrativa. A busca na base de dados eletrônicos foi a BVS, através do DeCS “atenção primária à saúde”, “promoção da saúde” e “HIV”, utilizando o boleano AND e OR. Os critérios de inclusão foram: datados de 2019 a 2024 no idioma português, as referências bibliográficas dos artigos escolhidos e consultas em sites eletrônicos: Ministério da Saúde e Secretária de Saúde de Pernambuco; e que abordassem o tema. Excluíram estudos e referências que não se basearam no tema proposto. Resultados: Encontrados 10 artigos e 6 foram selecionados. Atualmente, a atenção primária garante gratuitamente exames de testes rápidos como Autoteste HIV 1/2, a distribuição do tratamento PEP (profilaxia pós-exposição) nos postos de saúde e desde 1996 os AVR são disponibilizados de forma gratuita pelo SUS. Porém, mesmo com todos esses recursos que promovam a saúde das PVHIV, tal grupo recusa tal tratamento nos postos de saúde de sua localidade e assim, com o passar dos seis meses acabam abandonando o tratamento pelas dificuldades de locomoção; por causa da falta de sigilo profissional locais e possíveis atos discriminatórios do próprio profissional. Demonstra-se isso em 2020 dos 249 pessoas entrevistadas em Recife, 42% sofreram algum tipo de violência dos profissionais de saúde e dos 248 entrevistados, 50,8% dizem não ter certeza e possuem a certeza de que seus prontuários não são sigilosos. Mostrando assim, que o aumento dos casos de AIDS podem estar associado à incompetência ética dos profissionais e impossibilitando as múltiplas linhas de cuidado do indivíduo, tornando mais difícil de alcançar o projeto 95-95-95 do UNAIDS. Conclusão: logo, a promoção à saúde para PVHIV deve ter como enfoque em garantir seus direitos fundamentais.